

## Ressignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil a partir dos movimentos sociais do campo

**RESUMO:** Partindo de uma breve retrospectiva histórica, desde 1961, envolvendo os principais momentos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, podemos compreender como se deu a relação entre os programas de alfabetização de adultos e alfabetizando ao longo desses anos. Tendo como referência a concepção de educação defendida pelos Movimentos Sociais do Campo, busca-se uma compreensão mais justa desse problema, a fim de que se possa contribuir para a construção de uma nova concepção de educação, cujo autor da proposta seja o homem do campo analfabeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Letramento; Movimentos Sociais do Campo.

**Célio Alves Espíndola**  
Doutorando em  
Educação FAGED/UFBA  
Professor do CEFET-BA  
celioespindola@bol.com.br

As diferentes questões acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ainda estão longe de ser devidamente esclarecidas, para assim, podermos caminhar no sentido de minimizar este problema tão comum quanto antigo entre nós; uma vez que o número de analfabetos no mundo ainda é de aproximadamente 850 milhões de pessoas. O que se percebe como uma das questões mais graves acerca do tema, certamente é a verificação de que estamos ainda distanciados de uma compreensão mais justa da questão do analfabetismo.

Mediante esta situação, pouca coisa é possível alinhar como verdadeira realização nesta área da educação, quer no plano da ação oficial, quer no que se refere à iniciativa privada. Os cursos de alfabetização de adultos, que constituem a forma mais elementar na solução do problema, quando existem, funcionam com incipiência e insipiência verdadeiramente lastimáveis. À míngua de recursos, de assistência técnica e mesmo de atenção esclarecida dos responsáveis pela sua manutenção, não é de se admirar que não atenda aos seus propósitos.

Motivados pelas inquietações e angústias acerca do tema Alfabetização de Adultos, inserido no contexto da Reforma Agrária, propomos uma reflexão mais profunda do problema, visando perceber quais relações existiram entre os programas de alfabetização de adultos já implementados no País e os alfabetizando atendidos

ou não, tendo como ponto de partida para análise o levantamento das políticas atuais voltadas para o analfabetismo no Brasil.

Inicialmente, consideramos que o ponto nodal da alfabetização de adultos está diretamente relacionado à garantia do acesso e da permanência dos alunos no programa, o que certamente implica em mediadas e ações, geralmente, não previstas no momento de elaboração dos projetos, tais como: métodos pedagógicos adequados à modalidade de ensino, transportes dos alunos, condições de acomodação para os filhos dos estudantes (creches), auxílio financeiro, redução de carga-horária de trabalho, professores capacitados e outros.

A inexistência da previsão dessas medidas e ações nos programas e projetos de alfabetização de adultos constitui-se como grande dificuldade durante o processo de implementação dos mesmos, impossibilitando que sejam atingidos os objetivos de alfabetização no nível desejado ou esperado. Daí, os resultados, em vez de trazerem soluções para a questão do analfabetismo, geram outros problemas, muito deles ainda de difícil reconhecimento, como o “analfabetismo funcional” ou “letramento”. Esta dificuldade em reconhecer esses conceitos se dá a partir da necessidade atual de ressignificação dos conceitos acerca da alfabetização, alfabetizado; analfabetismo, analfabeto; alfabetização funcional, alfabetizado funcional, analfabetismo funcional, analfabeto funcional e letramento. (SOARES, 2003; p.16).

A idéia de alfabetização remete ao entendimento da linguagem em sua modalidade escrita. Diante das exigências da sociedade atual, aqueles que freqüentaram os programas de alfabetização de adultos e não se alfabetizaram ou freqüentaram e se tornaram analfabetos funcionais ou simplesmente não freqüentaram, portanto não foram atendidos, passam a ser vistos como um outro problema educacional e, conseqüentemente, como um outro problema social. Essa idéia de que se gera um novo problema parte da premissa que essas pessoas já tiveram seus direitos à educação usurpados durante a faixa etária regular e que novamente têm esses direitos negados, ampliando a distância e o nível de dificuldade entre essas pessoas e seu direito à educação/alfabetização em relação àqueles que nunca participaram de nenhum programa ou projeto de alfabetização de adultos.

Assim, torna-se inevitável uma análise mais profunda dessas questões acerca da alfabetização de adultos, uma vez que, mesmo

numa análise mais geral e superficial das políticas públicas de alfabetização de adultos, não é difícil perceber uma sucessão de “erros” cometidos pelos programas de alfabetização ao longo da história do País. Portanto, julgamos que alguns questionamentos sejam interessantes no sentido de provocar discussões acerca do tema, como: houve, em algum momento da história, um verdadeiro interesse por parte dos programas em alfabetizar essas pessoas? Os programas de alfabetização já implantados no Brasil foram realmente elaborados tendo os analfabetos como protagonistas? Por que os programas de alfabetização não alcançaram esses analfabetos? Se os alcançaram, por que não os alfabetizaram? Por que essas pessoas se tornaram analfabetos funcionais?

Investigando e tendo como propósito a busca da compreensão da relação que existiu entre os programas de alfabetização implantados no País e os analfabetos, considerando como questões norteadoras as aqui suscitadas, sugerimos uma breve reflexão acerca de importantes concepções sociológicas, assim como um retorno ao cenário histórico da educação brasileira, a fim de que possamos recontar a história o processo de alfabetização de adultos no País.

É certo que a Educação no Brasil tem passado por inúmeras tentativas de mudanças e, especialmente no que tange às políticas socioeducacionais voltadas para a educação de adultos, infelizmente, podemos somar mais fracassos do que sucessos.

Certamente, a imposição das classes dominantes, cada uma com denominação correspondente ao seu período de ascensão, resultou na falta de interesse pela questão do analfabeto. Buscando manter o que Durkheim e Parsons denominaram como “reprodução da estrutura de classe” (1971, p.41) e Bourdieu e Passeron, como “reprodução das ideologias das classes dominantes” (1975: p.20); somado à função da educação que, com atitudes denominadas como “ações pedagógicas”, em que os especialistas transformam ideologicamente em “autoridades pedagógicas legítimas” e inquestionáveis, as quais consistem em apenas zelar pela reprodução das desigualdades sociais, levaram à elaboração de programas que tinham como “pano de fundo” a concepção neoliberal de organização social, deixando em segundo plano a intenção de transformar as realidades das pessoas. A usurpação do direito aos instrumentos de luta pela transformação da condição educacional e social mais justa, como acesso à linguagem tida como culta, aos conhecimentos acumulados pela humanidade e à educação de quali-

dade – contribui significativamente com a manutenção de muitos na condição de menos favorecidos. Não há dúvida, diferentemente da idéia de “otimismo pedagógico”, de que esses são pontos importantíssimos ligados à educação e que precisam ser analisados de forma mais profunda se realmente quisermos refletir de forma séria sobre o tema Alfabetização de Adultos no Brasil.

Partindo da proposição sugerida por Althusser (1985: p.25), de que as lutas de classes não devam ser negadas como possibilidade de transformação social e que os Aparelhos Ideológicos de Estado não somente devem ser alvos dessas lutas, mas, certamente, também local dessas lutas. Assim, os educadores devem escolher como alvo e ambiente de luta um desses aparelhos, considerado como bastante eficiente: o Escolar. É nesse espaço que devemos travar nossas batalhas em busca de novas possibilidades de transformação social.

A escola tem seu discurso, o qual justifica a sua existência, lhe garante poder e a legitima como promotora dos valores estabelecidos por uma sociedade, construído a partir de propostas que pregam o direito de todos ao conhecimento acumulado pela humanidade; ao direito de todos à diferença e à diversidade cultural; o direito de todos à educação de qualidade, a uma sociedade justa e coerente etc. Porém, na prática, esse discurso é diluído em meio a tantas barbáries cometidas nessas mesmas escolas, principalmente com aqueles que mais precisam dela para se estabelecer como membros dessa sociedade.

Então, se a escola não cumpre com sua função básica explicitada em seus discursos, podemos classificá-la como ineficaz em sua função básica. Mas, se colocamos nossa observação a partir das funções destinadas à escola como Aparelho Ideológico de Estado, podemos classificá-la como eficaz nessa função. A partir dessas possibilidades de função é que devemos travar nossa luta no sentido de criar mecanismos que impossibilitem a escola eternizar-se como eficiente na função de mantenedora das ideologias do Estado. Certamente, reconhecendo os pontos positivos nas ações da Escola, assim como os de interesse comum da sociedade como um todo, esperamos alcançar resultados diferentes, propondo um caminho novo em relação ao seguido até o momento.

É certo que para propormos novos caminhos, necessariamente temos que visitar alguns momentos da construção da sociohistórica da Alfabetização de Adultos, a fim de que possa-

mos ter como ponto de partida os “acertos” e os “erros” já cometidos e, assim, também perceber como o tema fora tratado em nosso país ao longo da história.

O adulto analfabeto sempre foi tido como pessoa inferior e somente começou a ser visto como capaz de interferir no processo de desenvolvimento a partir da concepção defendida por Paulo Freire. A partir desse momento da história, faremos uma breve retrospectiva, a fim de compreender como o analfabetismo fora tratado no Brasil.

Portanto, delimitamos o período histórico a ser visitado, considerando como ponto de partida para esta pesquisa o ano de 1961, com as medidas tomadas pelo governo Jânio Quadros, voltadas para a Educação de Adultos e, como limite, o ano de 2001, momento em nos dedicamos a estudar as ações educativas implementadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), um dos principais e mais recentes programas, cujas ações estão voltadas para a Educação do Campo.

O governo Jânio Quadros (1961) parecia dedicar-se às causas da educação, conforme acordo firmado com governadores de estado, mas suas ações resumiram-se à criação do Movimento de Educação de Base (MEB), “o qual executava ações desenvolvidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”. (WANDERLEY,1984; p.49).

Em 1963, o governo implementou dois programas direcionados à educação de adultos: “Mobilização Nacional contra o Analfabetismo” e o “Programa de Emergência”, “ambos extintos - juntamente com demais serviços do MEC destinados ao problema – em março de 1963”. (PAIVA,1983; p.226)

A partir daí, tornaram-se mais evidentes os vários movimentos direcionados à educação popular no Brasil, os quais já haviam sido iniciados no Recife/PE, que priorizou suas ações no combate ao analfabetismo e elevação do nível de cultural do povo. Um pouco depois, já com a utilização do “método Paulo Freire de alfabetização”, os movimentos de educação popular dos governos do Rio Grande do Norte e da Paraíba, os quais pretendiam resgatar a conscientização política do povo brasileiro. Esses movimentos nasceram das preocupações dos intelectuais, políticos e estudantes, visando a promoção da participação política cidadã.

Nesse sentido, foram criados os Centros Populares de Cultura (CPCs) por todo o país, os quais estavam ligados aos movimentos

estudantis da época, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), composta por estudantes intelectuais, artistas do Teatro de Arena e outros grupos, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

A busca por novos métodos resultou na elaboração de novas metodologias voltadas para a cultura popular, que influenciaram o Movimento de Educação Popular, além do método desenvolvido por Paulo Freire. O método Paulo Freire de alfabetização tornou-se o mais expressivo naquele momento. A partir daí, novas oportunidades foram surgindo até que se estruturou, nos primeiros meses de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização. Antes mesmo de ser lançado, praticamente todos os movimentos populares já haviam adotado as orientações e os procedimentos então recomendados por Paulo Freire. Estava tudo preparado para lançamento do programa de alfabetização no estado do Rio de Janeiro, quando se deu o golpe militar de 1964.

O Programa Nacional de Alfabetização, dirigido por Paulo Freire, foi extinto através do Decreto nº 53.886/64, após o golpe. Terminava, assim, a mais significativa experiência de educação popular no Brasil em função dos interesses políticos ocasionados e pela mudança de governo. A educação de adultos era vista, nesse Programa, a partir das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as “reformas de base”. (GADOTTI; ROMÃO, 2000; p.36).

Com o novo regime de governo, acentua-se a concentração de renda sob o poder de uma pequena classe elitizada e ocorre o fechamento dos poucos canais de participação da população nos processos decisórios do governo com o fim das eleições. Esses processos fazem parte do mecanismo de distanciamento dos objetivos desejados pela democracia, adotado pelos governos militares. Além disso, o acesso e a permanência na rede física de educação escolar primária não ocorreu de forma aberta e indiscriminada, mas de forma controlada e limitada.

O novo governo reprimiu todos os movimentos de educação popular com base nas concepções de Paulo Freire. Durante anos, o governo militar apoiou os trabalhos da Cruzada ABC, um movimento de educação popular marcado por um caráter puramente conservador, cuja principal preocupação era destituir todas as idéias e concepções de educação comungadas com Paulo Freire. Para atender à Lei 5.379/67, o governo criou uma fundação denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com

o objetivo de “erradicar” o analfabetismo e prestar educação continuada aos adolescentes e adultos.

Os materiais didáticos utilizados, assim como as orientações metodológicas e pedagógicas empregadas pelo MOBRAL, reproduziam muitos procedimentos consagrados no período inicial dos anos de 1960, porém completamente desprovidos de sentido crítico e problematizador, que caracteriza o método Paulo Freire de alfabetização. Ao contrário, a metodologia empregada pelo MOBRAL para a alfabetização e a educação continuada de adultos, “se caracteriza por refletir a ideologia da educação como investimento combinado à ideologização ao nível político de moral e cívica” (FREITAG, 1978; p.83).

Embora o MOBRAL utilize o método desenvolvido por Paulo Freire para alfabetizar os adultos, precisamos evidenciar a diferença entre a concepção de alfabetização desenvolvida pelo MOBRAL - claramente reprodutora ideológica e contrária à concepção proposta para uma *Educação como Prática da Liberdade* ou na *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Concepção de cunho puramente voltada para o homem como sujeito capaz de interagir e interferir em seu contexto social, buscando a transformação.

Portanto, o MOBRAL acabou sendo extinto em 1985 e, em seu lugar, foi criada a Fundação Educar, a qual não executava diretamente nenhum programa de alfabetização de jovens e adultos, mas que apoiava financeiramente e tecnicamente os projetos apresentados pelos estados e municípios. A Fundação foi extinta em março de 1990, como medida de enxugamento do Estado no começo do governo Collor.

Certamente, nos anos 1970 e 1980, novos atores sociais surgiram no contexto social do brasileiro. Esses atores surgiram à revelia do Estado e se reuniam para se posicionar contra ele. Assim foram criados “novos espaços e formatos de participação e de relações sociais” (GOHN, 2002; p.303), que foram ocupados e estruturados, respectivamente, pelo que ficou denominado de Movimentos Sociais.

É evidente que os Movimentos Sociais incomodaram e incomodam o Estado, pois o sistema social instalado, organizado em classes para o melhor controle e dominação sócio-econômica e ideológica, está sendo ameaçado com a movimentação desses atores. Conforme o nome sugere, “Movimentos Sociais” nos dá a idéia de “mover”, “movimentar”, mudar de posição, de ponto de

vista, de movimentar as estruturas que pareciam inabaláveis, ou seja, contrária à idéia de estabilidade, inércia.

Nos anos 1990, o cenário de lutas sociais novamente é alterado. Surgem os movimentos populares rurais que crescem rapidamente no país. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1979, em Santa Catarina, promoveu várias ações, visando a ocupação de terras e, dentre outros objetivos, a luta pela educação “na qual discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil que deve ter os profissionais que trabalham com as crianças...” (GOHN,2002; p.304).

Como era de se esperar, a preocupação com a alfabetização dos adultos, mesmo dentro das ações dos Movimentos Sociais do Campo, só veio mais tarde, quando já nos assentamentos rurais surgiram as primeiras turmas de Educação de Jovens e Adultos.

O cenário da sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, no que se refere à educação, passou por várias reformas pautadas na ideologia do regime militar, que visava “adequar a educação brasileira às exigências do novo modo de acumulação associado ao capital internacional”. (GOHN,2001; p.18).

Já nas décadas de 1980 e 1990, a sociedade inicia um processo de transformação de suas concepções e, a partir daí, aprende a se organizar e a reivindicar seus direitos, tendo como princípio “qualidade de não-cidadãos que são na prática”. (GOHN,2001; p.08). Talvez, a partir daí, tenham sido ampliados os conflitos na luta pelo reconhecimento dos direitos à cidadania aos menos favorecidos.

Podemos então deduzir que, ao reivindicar o direito à cidadania, esses indivíduos reivindicam propostas que lhes atendam também em suas necessidades educacionais. No entanto, parece-nos necessário, neste momento, optar por uma abordagem acerca do significado para cidadania, uma vez que observamos várias construções de significados possíveis para este termo, o qual, muitas vezes, é empregado de forma aleatória.

A prática da educação do campo tem sido discutida nos diversos grupos com interesse nessa área da educação. No que tange à educação do campo, tem-se tratado, sobretudo, das dificuldades do ensino nesse segmento e de sua inadequação ao meio a que se destina. O ensino idealizado para as áreas urbanas tem sido aplicado, ou seja, aproveitado sem nenhuma adaptação para o meio rural. Certamente, na intenção de não perder tempo nem investimento numa outra proposta que considere a realidade do



campo, os projetos são extensivos ao campo, o que garante o insucesso. Este tipo de educação extensiva tem gerado ainda mais dificuldades que as já comuns aos que vivem no campo.

A educação do campo deve ter como ponto central as especificidades inerentes aos sujeitos e ao ambiente do campo, portanto, “essa proposta de educação deve ser ‘do campo’ uma vez que deve primar pelos princípios e interesses daqueles que são do campo”. (ARROYO, *in* KOLLING *et al.*: 1999;26).

No Brasil, tende-se à exclusão e às desigualdades, o que se evidencia ao considerar a maioria da população que vive no campo como atrasada e fora do contexto da modernidade. Essa conduta pode ser visivelmente notada mediante retrato atual da educação no meio rural, que não contemplava o direito à educação no campo. O campo carece ainda de outras propostas – além das que estão sendo implementadas – que de fato assumam a identidade do meio rural “não somente com forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no campo específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo”.(KOLLING *et al.*: 1999; p.29).

Segundo ARROYO (1999: p.21), a educação pode ser vista a partir de duas perspectivas, cujas concepções norteiam os objetivos da educação. Pode-se construir propostas educacionais tendo como visão final a mercadoria de trabalho ou o terreno dos direitos; esse último tem sido o olhar dos Movimentos Sociais do Campo.

Nesse caso, o Movimento Social do Campo está preocupado com uma educação que tenha como sustentação os valores que tenham os seres humanos como centro de uma ação proposta. Inevitavelmente, buscam uma educação sustentada por uma concepção essencialmente preocupada com o desenvolvimento humano no mundo.

Portanto, para se chegar a uma proposta de educação que realmente seja do campo, é preciso que a mesma seja reconhecida por práxis pedagógicas voltadas para o campo, mediadas pelas diversas reflexões teóricas e que atente para os problemas vivenciados pelo homem do campo. Faz-se extremamente necessária a criação de estratégias que visem à alfabetização, na concepção proposta por Freire (1989; p.72); tendo como fim o letramento, proposto por Soares (1986; p.18) e Kleiman (1995; p.18); a conquista da cidadania coletiva, proposta por Gohn (2001; p.15-7) e a educação básica, concebida como direito pelos Movimentos Sociais.(ARROYO,1999; p.21-2).

Surge, então, a questão de como fazer essa educação. Acreditamos que se se propõe uma educação cuja concepção é o “desenvolvimento do ser humano”, deve-se partir do próprio ser humano, buscando estratégias para se perceber seus desejos, suas expectativas, suas angústias e suas necessidades como um todo. É com esse entendimento de educação, tendo o ser humano como seu autor, que esperamos compreender as relações estabelecidas entre os programas e projetos de alfabetização e os analfabetos/assentados.

Torna-se, então, necessário que se estude a possibilidade de elaboração de um programa de alfabetização de adultos que contemple as necessidades das pessoas analfabetas adultas, as concepções de educação para a cidadania, proposto pelos Movimentos Sociais e as propostas de educação do campo. Aí, sim, podemos dizer que esse programa terá o homem do campo como autor.

**ABSTRACT:** Breaking of one soon historical retrospect, since 1961, with involving the main moments of the Education of Young and Adults in Brazil, we can understand as if it gave the relation enters the programs of literacy of adults to the long one of these years. Having as reference the conception of education defended for the Social Movements of the Field, searches an understanding more joust of this problem, so that if it can contribute for the construction of a new conception of education, whose author of the proposal is the man of the illiterate field.

**KEY WORDS:** Yaoung and adult education; Literacy; Social movements of the field.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*: por uma educação básica do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. v.2
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Edart, 1978.

GADOTTI; ROMÃO, José E. (Org). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI – antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002

KLEIMAN, Ângela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KOLLING, Edgar J. et al. (Org). *A educação básica e o movimento social do campo: por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. v.1.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SALTO PARA O FUTURO. *Educação de jovens e adultos*. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. “Alfabetização: ressignificação do conceito”. In: *Alfabetização e cidadania*. Revista de Educação de Jovens e Adultos, N°16. São Paulo: RAAAB, 2003. p. 09-18.

STRECK, Danilo R. et al. (orgs.). *Paulo Freire: ética, utopia e educação*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, Luís Eduardo W. *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.